



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

ANEXO I-A - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de limpeza, conservação e copeiragem, com o fornecimento de mão de obra, equipamentos e, por demanda, todos os materiais necessários à execução dos serviços, em unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Polo Cascavel, Polo Londrina e Polo Maringá, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nos documentos que instruem a presente contratação.

1. Descrição da necessidade da contratação:

A contratação pretendida se deve ao término da vigência, dos seguintes contratos:

- **Contrato 45/2022** (PO 32/2022), cujo objeto consiste na prestação de serviços contínuos de limpeza e conservação, com o fornecimento de mão de obra, em regime de dedicação exclusiva, equipamentos e, por demanda, todos os materiais necessários à execução dos serviços, nas unidades do **Polo Cascavel** do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, com vigência até em **03 de outubro de 2026** (sábado). Encontra-se em trâmite processo de prorrogação da contratual atual até 04/12/2026. Caso a prorrogação seja autorizada, a data de início dos serviços será a partir de 07/12/2026.
- **Contrato 46/2022** (PO 32/2022), cujo objeto consiste na prestação de serviços contínuos de limpeza e conservação, com o fornecimento de mão de obra, em regime de dedicação exclusiva, equipamentos e, por demanda, todos os materiais necessários à execução dos serviços, nas unidades do **Polo Londrina** do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, com vigência até em **03 de outubro de 2026** (sábado). Encontra-se em trâmite processo de prorrogação da contratual atual até 04/12/2026. Caso a prorrogação seja autorizada, a data de início dos serviços será a partir de 07/12/2026.
- **Contrato 12/2024** (PO 32/0222), cujo objeto consiste na prestação de serviços cujo objeto consiste na prestação de serviços contínuos de limpeza e conservação, com o fornecimento de mão de obra, em regime de dedicação exclusiva, equipamentos e, por demanda, todos os materiais necessários à execução dos serviços, nas unidades do **Polo Maringá** do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, com vigência até **27 de setembro de 2026** (domingo).

O Tribunal não possui, no seu quadro de pessoal, força de trabalho para atender à demanda de serviços de limpeza e conservação de todas as suas unidades, de modo que a contratação consiste em promover a continuidade da prestação dos serviços de limpeza e conservação,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

bem como, também, a entrega dos materiais e equipamentos de limpeza, no âmbito do Polo Cascavel, do Polo Londrina e do Polo Maringá, do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

A necessidade da contratação, dessa forma, consiste em garantir condições ideais de trabalho, permitindo que servidores e magistrados se concentrem na entrega da missão Institucional, ou seja: *“Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.”* Da mesma forma, a contratação preenche, no caso concreto, os objetivos estratégicos elencados no Plano Estratégico Institucional – PEI TRT-PR 2021-2026:

"4.2. Perspectiva Processos Internos

[...]

Objetivo Estratégico: Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados.

Promover mecanismos de integridade e transparência em relação aos atos de gestão praticados, garantindo-se, por meio da aplicação da Política de Governança vigente, alinhamento entre a estratégia corporativa e prioridades de gestão às despesas de maior impacto orçamentário e a boa e regular aplicação dos recursos públicos.

[...]

4.3 Perspectiva Aprendizado e Crescimento

Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira com a otimização dos recursos planejados.

Assegurar a eficiência da gestão de custos vinculada à estratégia, por meio do funcionamento aperfeiçoado e universal de mecanismos de administração orçamentária e financeira, com dados íntegros sobre o planejamento e a qualidade da execução do orçamento.

O quantitativo e a distribuição de postos da contratação segue a previsão atual do Contrato 45/2022, do Contrato 46/2022 e do Contrato 12/2024.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, I: *“I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.”* c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, I: *“I – a descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido.”* Trata-se de elemento obrigatório do ETP, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021, c/c art. 33, § 1º da Res. CSJT 364/2023.

2. Descrição dos requisitos da contratação

- Os requisitos necessários ao atendimento da necessidade estarão previstos no Termo de Referência.

A Contratada deverá prestar serviços terceirizados de limpeza e conservação, com o fornecimento de mão de obra, equipamentos e, por demanda, todos os materiais necessários à execução dos serviços.

A Contratada deverá seguir os normativos vigentes que disciplinam os serviços a serem contratados, de acordo com a sua natureza, observando as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO), Corpo de Bombeiros, prescrições e recomendações dos fabricantes e outras normas que regulamentam



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

procedimentos a serem executados no escopo do contrato.

A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços.

A Contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Ato 71/2025, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em particular:

I - não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH n. 04/2016;

II - não ter sido condenada (a contratada ou seus dirigentes) por infração às leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:

- a) Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988;
- b) Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;
- c) No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo);
- d) Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;
- e) No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT);
- f) Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;
- g) No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

A Contratada deverá:

- cumprir as cotas raciais e de gênero, mantendo o equilíbrio entre homens e mulheres, preservando o mínimo de 50% de pessoas do sexo feminino, conforme dispõe o Ato 71/2025, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

- cumprir a cota racial mediante o preenchimento de, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas previstas no contrato com trabalhadores afrodescendentes, durante todo o prazo de vigência contratual (Resolução CSJT nº 131/2023);

- reservar um percentual de 5% (cinco por cento) das vagas para mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, na forma do art. 2º da Resolução 497/2023, do Conselho Nacional de Justiça, que institui o Programa Transformação no âmbito do Poder Judiciário Nacional;

- reservar um percentual de 5% (cinco por cento) das vagas para pessoas com deficiência, nos termos do art. 7º, IV, da Resolução nº. 386/2024, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

- providenciar para que os profissionais indicados portem crachá de identificação e apresentem-se trajando uniformes fornecidos às expensas da empresa;

- disponibilizar de profissionais treinados e capacitados para o desenvolvimento das atividades, de forma a garantir a efetividade do trabalho e a integridade das pessoas, do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

ambiente e dos equipamentos;

- observar as normas de segurança, pois a prestação de serviço eficiente engloba também a proteção de seus colaboradores, por isso toda a equipe, conforme o caso, precisa utilizar equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação durante as suas atividades;

- utilizar de forma consciente dos recursos colocados à disposição pela Administração, pois os mesmos variam de acordo com o serviço a ser executado;

- disponibilizar profissionais pertencentes às categorias de ocupação, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, e serviços em conformidade com o Catálogo de Serviços - CATSER;

- realizar, dentre outros compatíveis com as atividades desempenhadas pelos profissionais, de programa de treinamento de que trata a Resolução nº 98/2012 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. O treinamento deverá englobar a prevenção e enfrentamento do assédio moral, sexual e outras formas de discriminação (Política 62/2022 do TRT9).

A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 120 (cento e vinte) meses, com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

A definição da vigência de 12 (doze) meses para a presente contratação decorre de experiência prática desta Coordenadoria de Gestão de Terceiros em contratações anteriores de natureza similar.

Nesse contexto, destaca-se contratação anterior de prestação de serviços de limpeza e conservação para este Tribunal, cuja vigência foi fixada em 24 meses, mas que foi rescindido antecipadamente com os consequentes impactos administrativos, operacionais e orçamentários.

Diante desse histórico, verificou-se que a adoção de prazos de vigência iniciais mais longos que 12 (doze) meses pode aumentar o risco de manutenção de contratos com desempenho insatisfatório por período prolongado ou demandar procedimentos mais complexos para sua rescisão.

Por outro lado, a fixação de prazo inicial de 12 (doze) meses confere maior flexibilidade à Administração, permitindo a avaliação mais próxima da qualidade da execução contratual e, caso necessário, a não prorrogação do ajuste ao término da vigência, sem a necessidade de medidas mais gravosas.

Além disso, a Orientação Normativa 38/2011 – AGU informa (disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/onsagu>; acesso em 15 de junho de 2026):

“Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada deve-se observar que:

a) o prazo de vigência originário, de regra, é de até 12 meses;

b) excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a administração; e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

c) é juridicamente possível a prorrogação do contrato por prazo diverso do contratado originariamente.”

A mesma diretriz vem repetida no artº 12, do Anexo IX, da Instrução Normativa nº 5/2017.

Não haverá necessidade de transferência de conhecimento.

A contratação deverá prever, no que couber, práticas de sustentabilidade nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, III: “*III - requisitos da contratação;*” c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, III: “*III - requisitos da contratação, contendo, inclusive, critérios de sustentabilidade e acessibilidade, quando aplicáveis;*”. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

3. Levantamento de mercado, consistente na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

A descentralização das atividades da Administração Pública Federal iniciou-se em 1967 por meio do Decreto-Lei 200. A seu turno, a Lei 5.645/1970 indicou algumas atividades que deveriam ser objeto de execução indireta (parágrafo único do artigo 3º posteriormente revogado pela lei 9.527/1997) e a contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra foi regulamentada, de início, pelo Decreto 2.271/1997 e atualmente é disciplinada pelo Decreto nº 9.507/2018 combinado com a Portaria nº 443/2018 do extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O artigo 3º, parágrafo 1º desse último Decreto dispõe que no âmbito da Administração Pública Federal as atividades materiais auxiliares, instrumentais ou acessórias aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão poderão ser objeto de execução indireta.

Cabe ressaltar que outros órgãos da Administração Pública adotam soluções semelhantes de contratação de serviços de terceirizados de limpeza e conservação, com o fornecimento de mão de obra, equipamentos e, por demanda, todos os materiais necessários à execução dos serviços, que o TRT 9 pretende contratar, como, por exemplo, os seguintes órgãos e entidades:

- IFPR - Instituto Federal do Paraná;
- TRT SC - Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região;
- TRE SC - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- TJ SP - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- TRT RS - Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região;
- TJ MT - Tribunal de Justiça do Mato Grosso.

Acrescenta-se que, em relação às soluções disponíveis para a operacionalização dos serviços, uma contratação por demanda não seria a mais adequada porque as atividades não são sazonais. Ao contrário, as necessidades da Corte nessa área são permanentes.

Dessa forma, chega-se a uma única solução possível, a nova contratação de serviços de terceirizados de limpeza e conservação, com o fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, equipamentos e, por demanda, todos os materiais necessários à execução dos serviços, para o Polo Cascavel, o Polo Londrina e o Polo Maringá.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, V: “*V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;*” c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, V: “*V - levantamento de mercado com análise das alternativas de soluções e justificativa técnica e econômica da escolha e do tipo de*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

solução a contratar. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 da Res. CSJT 364/2023.

4. Descrição da solução como um todo

Com a publicação da Emenda Constitucional 95/2016, a nomeação de servidores tornou-se mais difícil, uma vez que nos termos do artigo 109, IV e V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, está vedada a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia que não acarretem aumento de despesa e aquelas decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, bem como a realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias.

Assim, direcionar servidor para a execução de serviços limpeza e conservação a nomeação de outro servidor que poderia atuar diretamente na área judiciária (área fim). Essa solução se mostra ainda mais inviável levando em consideração que não há no quadro de pessoal do Tribunal cargos especializados com as atribuições requeridas.

Tampouco seria economicamente viável que o serviço fosse prestado por servidor, posto que a remuneração de Técnico Judiciário em início de carreira é composta de vencimento de R\$ 3.771,89, GAJ de R\$ 5.280,64, além do auxílio-alimentação de R\$ 1.860,51. Isso sem considerar o cômputo do auxílio-saúde, que pode ser de até R\$ 1.129,00 e de vantagens pessoais, tais como, Adicional de Qualificação. Acrescente-se a isso a despesa de natureza previdenciária a ser desembolsada pelo Tribunal, no valor de R\$ 1.903,24, além da necessidade de substituições para o gozo de férias ou outras ausências legais. Dessa forma, considerando os valores expressos acima, caso o serviço fosse prestado por Técnicos Judiciários, o custo seria de R\$ 13.945,28 por pessoa para o Tribunal, ou superior.

Por isso justifica-se a contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação, com o fornecimento de mão de obra, equipamentos e, por demanda, todos os materiais necessários à execução dos serviços, em unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, uma vez que economicamente continua sendo mais vantajoso do que a prestação de serviços por servidor do quadro do Tribunal.

Além disso, o Decreto 9.507/2018 e a Portaria nº 443/2018 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão permitem a terceirização de tais serviços. Trata-se de solução que visa impedir o crescimento e descentralização da máquina pública, tornando-a mais flexível, dinâmica e economizando recursos orçamentários do Erário.

Considere-se, ainda, que serviços terceirizados de limpeza, conservação e copeiragem estão inseridos na gestão dos recursos humanos colocados à disposição do Tribunal, na medida em que os trabalhadores terceirizados são a força de trabalho auxiliar do Poder Judiciário e também estão enquadrados nos recursos orçamentários, uma vez que tal dispêndio deixa de impactar no orçamento de despesa com pessoal, conforme a atual política de reforma fiscal e orçamentária adotada no País, nos termos da Emenda Constitucional 95/16.

Em suma, entende-se viável a prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação, com o fornecimento de mão de obra, equipamentos e, por demanda, todos os materiais necessários à execução dos serviços, nas unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Polo Curitiba, e justifica-se a contratação de empresa especializada na prestação de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

tais serviços.

Fundamentação: Lei n. 14.133/2021, art. 18, § 1º, VII: “VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso,” c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, VII. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

5. Estimativa das quantidades a serem contratada

A distribuição dos postos de serventes e de supervisor do Lote 1 – Polo Cascavel, será feita com base na seguinte tabela:

LOTE 1 – POLO CASCAVEL			
ITEM	UNIDADE	POSTO	NÚMERO DE POSTOS
1	Assis Chateaubriand	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1
2	Cascavel	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	2
		Servente – 40 horas semanais – com Ad. Insalubridade	4
		Supervisor – 44 horas semanais (posto volante)	1
3	Dois Vizinhos	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1
4	Foz do Iguaçu	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1
		Servente – 40 horas semanais – com Ad. Insalubridade	1
		Servente – 30 horas semanais – com Ad. Insalubridade	2
5	Francisco Beltrão	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1
		Servente – 20 horas semanais	1
6	Guarapuava	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1
7	Laranjeiras do Sul	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

8	Marechal Cândido Rondon	Servente – 20 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1
9	Medianeira	Servente – 30 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1
10	Palmas	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1
11	Palotina	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1
12	Pato Branco	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1
		Servente – 20 horas semanais	1
13	Toledo	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1
		Servente – 40 horas semanais – com Ad. Insalubridade	1
		Servente – 20 horas semanais	1
Total de postos			26

A distribuição dos postos de serventes e de supervisor do Lote 2 – Polo Londrina, será feita com base na seguinte tabela:

LOTE 2 – POLO LONDRINA			
ITEM	UNIDADE	POSTO	NÚMERO DE POSTOS
1	Apucarana	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1
		Servente – 40 horas semanais – com Ad. Insalubridade	2
2	Arapongas	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1
3	Bandeirantes	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1
4	Cambé	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1
5	Cornélio Procopio	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

		Servente – 40 horas semanais – com Ad. Insalubridade	1
6	Ibaiti	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1
7	Jacarezinho	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1
8	Jaguariaíva	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1
9	Londrina	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	2
		Servente – 40 horas semanais – com Ad. Insalubridade	5
		Servente – 30 horas semanais – com Ad. Insalubridade	12
		Supervisor – 44 horas semanais (posto volante)	1
10	Porecatu	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1
11	Rolândia	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	2
12	Santo Antônio da Platina	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1
13	Wenceslau Braz	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1
Total de postos			36

A distribuição dos postos de serventes e de supervisor do Lote 3 – Polo Maringá, será feita com base na seguinte tabela:

LOTE 3 – POLO MARINGÁ			
ITEM	UNIDADE	POSTO	NÚMERO DE POSTOS
1	Campo Mourão	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1
		Servente – 20 horas semanais	1
2	Cianorte	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

3	Ivaiporã	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1
4	Maringá	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	2
		Servente – 40 horas semanais – com Ad. Insalubridade	9
		Servente – 30 horas semanais – com Ad. Insalubridade	1
		Supervisor Volante – 44 horas semanais	1
5	Nova Esperança	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1
6	Paranavaí	Servente – 40 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1
		Servente – 20 horas semanais	1
7	Umuarama	Servente – 30 horas semanais – com GAF e Ad. Insalubridade	1
		Servente – 20 horas semanais	1
TOTAL DE POSTOS			22

Para definição do quantitativo dos postos de servente, utilizou-se a metodologia descrita no Anexo VII-D da IN SEGES/MP nº. 05/2017, com produtividade definida por localidade, respeitando-se os limites de produtividades mínimas e máximas estipuladas pela IN SEGES/MP nº. 05/2017.

Para atender à realidade do órgão, o número de postos foi transformado em horas de trabalho/dia, para possibilitar a proporcionalização em postos de diferentes cargas horárias (4h, 6h e 8h diárias). A partir dessa proporcionalização, o número de postos foi fixado conforme memória de cálculo presente na aba “Valor m² por localidade” do Anexo Planilha de custos.

A realidade de cada uma das unidades foi levada em consideração, bem como o histórico de contratações de Limpeza e Conservação anteriores.

A partir da definição do número de postos necessários em cada uma das localidades, e do preço de cada um dos postos, chegou-se ao valor médio do metro quadrado limpo por tipo de posto, bem como ao valor total da contratação.

O quantitativo de postos e a sua distribuição seguem a previsão do Contrato 45/2022 (PO 32/2022) e do Contrato 46/2022 (PO 32/2022), vigentes até 03-10-2026; e do Contrato 12/2024



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

(PO 32/2022), vigente até 27-09-2026.

A reserva de 5% (cinco por cento) das vagas da contratação para mulheres em especial condição de vulnerabilidade econômico-social atende ao despacho proferido no processo PROAD 4528/2023, em consonância com a Resolução CNJ 497/2023, que instituiu o Programa “Transformação” no âmbito do Poder Judiciário Nacional.

Além disso, a Contratada deverá reservar na contratação:

- o mínimo de 50% (cinquenta por cento) das vagas para pessoas do sexo feminino, na forma do Ato 71/2025, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT);
- 5% (cinco por cento) das vagas da contratação para pessoas com deficiência, na forma do art. 7º, IV, da Resolução nº. 386/2024 do CSJT;
- 10% (dez por cento) das vagas para afrodescendentes atende à Resolução nº 131/2023, CSJT.

Serventes com gratificação pelo acúmulo de função (GAF)

A previsão de concessão de gratificação pelo acúmulo de função (GAF) aos postos indicados na tabela acima se deve à acumulação das atribuições de serventes com as atribuições de copeiragem consistentes em preparar chá e café, higienizar garrafas térmicas, lavar, secar e guardar as louças utilizadas para a feitura do café/chá bem como os equipamentos utilizados, zelar para que o equipamento de copa esteja em perfeitas condições de uso, bem como cuidar da assepsia dos bebedouros elétricos e dos purificadores de água. O recebimento da GAF é previsto atualmente na cláusula “02.01 – Cumulação de Função”, da CCT SIEMACO 2026/2028 (registro no MTE PR000063/2026).

O quantitativo de serventes com GAF atende ao disposto no Despacho ADG 147/2022.

Fundamentação: Lei n. 14.133/2021, art. 18, § 1º, IV: “IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;” c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, IV. Trata-se de elemento obrigatório do ETP, conforme art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

6. Estimativa do valor da contratação

Em relação às planilhas de custo, utilizou-se o modelo recomendado na Instrução Normativa nº 5/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Em relação aos salários e insumos, observou-se o estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho 2026-2028 do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado do PR (SIEMACO), com número de registro no MTE PR000063/2026, efetuado em 16-01-2026.

Haja vista a sua essencialidade para a dignidade do trabalho, bem como considerando o primado da valorização do trabalho humano (art. 170 da Constituição), e considerando ainda o disposto no art. 5º do Decreto nº. 12.174/2024, somente serão aceitas propostas que adotarem em suas planilhas de custos e formação de preços o valor igual ou superior ao valor orçado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

pela Administração, constantes na Planilha de Custos e Formação de Preços anexa ao Edital do Pregão, para os itens **salário-base e auxílio alimentação**.

Com respeito à remuneração mínima, diversos precedentes jurisprudenciais do TCU admitem essa prática (como os Acórdãos 1357/2006 – Plenário, 332/2010 – Plenário, 1584/2012 – Plenário e 189/2011 – Plenário), em prol da necessidade de preservar a dignidade do trabalhador e criar condições propícias à eficiente realização do serviço (voto do relator do Acórdão 256/2005 – Plenário).

O estabelecimento desses limites mínimos segue ainda decisão proferida no Acórdão-1207/2024 – Plenário, do Tribunal de Contas da União, do qual se extrai o seguinte trecho:

“28. Desse modo, acolhendo a essência da sugestão da unidade, proponho que o Tribunal estabeleça que, nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, é lícito prever que somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) o valor igual ou superior ao valor orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação, admitidos também, a critério da Administração, outros benefícios de natureza social considerados essenciais à dignidade do trabalho, devidamente justificados, os quais devem ser estimados com base na convenção coletiva de trabalho paradigma, que é aquela que melhor se adequa à categoria profissional que executará os serviços terceirizados, considerando a base territorial onde os serviços serão prestados.”

Nesse sentido, ainda segundo o Acórdão-1207/2024 – Plenário, do Tribunal de Contas da União:

“29. Registre-se que a solução que ora se submete à consideração do Colegiado:

a) estabelece apenas um limite inferior à remuneração do empregado terceirizado no serviço público, limitando-se às parcelas de salário e auxílio-alimentação, admitidos outros benefícios de natureza social considerados essenciais, com as justificativas pertinentes, a critério da Administração, todos com base na CCT mais adequada à categoria profissional afeita ao serviço;

b) não impõe a adoção de convenção coletiva de trabalho específica para os licitantes, que continuam vinculados ao respectivo instrumento (CCT) imposto pela legislação trabalhista, sem qualquer interferência do TCU nos critérios de enquadramento sindical previstos na CLT e tampouco viola o princípio da unicidade sindical estabelecido na Constituição Federal;

c) não implica restrição à competitividade da licitação, pois não veda a participação de qualquer licitante idôneo a prestar os serviços objeto do certame, ainda que localizado em outra base territorial onde o serviço será executado, havendo regular competição em relação aos demais itens de custo e margem de lucro;

d) não se confunde com a fixação do valor do salário e do auxílio-alimentação, tendo em vista que cada licitante será livre para elaborar sua planilha de custos e formação de preços, observando o limite inferior ora proposto e os demais benefícios e condições estabelecidos na convenção coletiva de trabalho à qual cada licitante está vinculado;

e) permite o cumprimento integral do disposto no art. 135 da Lei 14.133/2021, em especial quanto à vedação de se vincular às disposições previstas em CCT que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, bem como tratem de matéria não trabalhista (a exemplo de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros/resultados do contratado), ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

f) ao estabelecer limite inferior para os componentes da remuneração, além de atender aos objetivos do processo licitatório (art. 11, III, da Lei 14.133/2021), evitando risco de condenação subsidiária em demanda trabalhista em razão de eventual adoção de CCT inadequada, a medida assegura o alinhamento das contratações com a Constituição Federal, a qual assenta a valorização do trabalho humano como fundamento da ordem econômica (art. 170).”

Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão relativos a férias (8,33% sobre a remuneração), 1/3 constitucional (2,78% sobre remuneração), 13º salário (8,33% sobre remuneração) e multa do FGTS por dispensa sem justa causa (3,50% sobre remuneração), bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS, Sesi/SESC/SENAI/SENAC, INCRA, SALÁRIO-EDUCAÇÃO, FGTS, RAT+FAT, SEBRAE etc., conforme proposta da empresa e legislação aplicável) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário (percentual definido no contrato em função das normas legais específicas aplicáveis à empresa que vier a vencer a licitação), serão deduzidas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial, conforme o disposto na Resolução 651/2025 do Conselho Nacional de Justiça.

Em relação aos Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários:

Módulo 4.1 Encargos Previdenciários:

INSS: 20%, nos termos da Lei 8.212/91, artigo 22, I

Salário Educação: 2,5% nos termos do Decreto 87.403/82, artigo 3º, I

Seguro de Acidente de Trabalho: 6%, conforme a Lei 8.212/91, art. 22, II “b” e “c” (fator máximo do FAP de 2 indicado pela previdência social, multiplicado pelo percentual de 3% de RAT)

SESC/SESI: 1,50% - Lei 8.036/90, artigo 30

SENAI/SENAC: 1,00% - Decreto-lei 2.318/86

SEBRAE: 0,60% - Lei 8.029/90

INCRA: 0,20% - Decreto/lei 1.146/70. art. 1º, I

FGTS: 8% - Lei 8.036/90, art. 15, e art. 7º, III, da CF.

Adicional de insalubridade:

O adicional de insalubridade em grau máximo será pago a todos os postos de servente de 30 e de 40 horas, por força dos despachos DES ADG 175/2022, que determinou o pagamento aos postos responsáveis pela limpeza de banheiros públicos ou coletivos de grande circulação, conforme entendimento consubstanciado na Súmula 448, II, do Tribunal Superior do Trabalho; e do DES ADG do processo PROAD 2842/2025 (documento de marcador 20), que considerou que os banheiros dos espaços de uso restrito também serão tratados como de uso público ou comum, estendendo o pagamento do adicional de insalubridade a todos os postos de servente de 30 e de 40 horas. O pagamento de adicional de insalubridade ao posto de servente 20 horas semanais da unidade de Marechal Cândido Rondon atende ao despacho DES ADG 1202/2025 (processo Vetor 354794) (único posto de servente dessa unidade).

Insumos:

Para a obtenção dos valores de insumos: uniformes, equipamentos e equipamentos de proteção individual, efetuou-se pesquisa de mercado no Banco de Preços, no Painel de Preços e em sítios eletrônicos. Utilizou-se como critério para a obtenção do valor a média dos itens



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

pesquisados, desconsiderados os valores inexecutáveis, inconsistentes e os excessivamente elevados (Instrução Normativa SEGES/ME nº. 65, de 7 de julho de 2021).

O valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto (art. 23 da Lei nº. 23 da Lei nº. 14.133/2021).

Foram priorizados na pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Paineis de Preços ou banco de preços em saúde, e contratações similares feitas pela Administração Pública, ou justificada a impossibilidade de utilização dessas fontes (art. 5º, *caput* e § 1º, da IN Seges nº 65/2021).

Registro de ponto na unidade Londrina:

Com relação à unidade Londrina, considerando o quantitativo de 20 (vinte) postos, bem como solicitação da fiscalização nesse sentido, o Termo de Referência preverá a obrigatoriedade do registro de frequência por meio de registro eletrônico de ponto, na forma da Portaria nº 671, de 8 de novembro de 2021.

Observamos que em contratações anteriores deste Tribunal houve diversas ocorrências de irregularidades, dificuldades ou impedimentos de registro regular de ponto com utilização de telefones celulares de propriedade particular dos empregados, em razão por exemplo da obsolescência dos aparelhos, da limitação de pacote de dados, ou ainda por terem sido efetuados fora do local da prestação do serviço.

Acrescente-se de outro lado que, por exemplo, a Convenção Coletiva de Trabalho do SIEMACO 2026-2028, em sua Cláusula Vigésima Oitava – Jornada de Trabalho, parágrafo quinto, prevê a possibilidade de adoção de aparelho celular de propriedade particular de empregado para registro de ponto, porém, a depender de autorização do empregado (*“PARÁGRAFO QUINTO - Os empregadores, além dos controles de jornada previstos na CLT, poderão adotar quaisquer sistemas alternativos de controle da jornada de trabalho, inclusive de modo remoto e telemático, inclusive utilizando o celular do seu empregado, quando assim por ele autorizado, que deverão registrar os horários de início e término do trabalho, autorizada a pré-anotação do intervalo alimentar.”*) (CCT disponível em <https://siemaco.org.br/convencoes-coletivas/>, acesso em 23-04-2026).

Assim, entre os empregados alocados na prestação dos serviços contratados, poderia haver um quantitativo de empregados que não autorizassem ou, ainda que autorizado, poderiam ter dificuldades, impedimentos ou mesmo incorrer em irregularidades no registro de ponto, conforme acima indicado, gerando com isso dificuldades à regular prestação dos serviços, bem como à fiscalização e gestão contratual.

Por esses motivos, o Termo de Referência deste pregão preverá a seguinte regra, quanto à unidade Londrina: *“6.5.9 O registro de ponto eletrônico previsto neste subitem é obrigatório e não poderá ser complementado ou substituído por registro de ponto que utilize aparelhos de telefonia celular (celulares) de propriedade pessoal dos empregados alocados na prestação dos serviços.”*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

Anote-se ainda que o “Anexo III – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços”, aba “Equipamentos”, irá prever o fornecimento de *“Relógio Eletrônico de Ponto Biométrico (REP), conforme especificações previstas na Portaria/MTP Nº 671/2021, com bateria interna (nobreak) e software de gestão para controle e emissão de relatórios de frequência dos profissionais”*. Dessa forma, a diretriz acima não implica ônus adicional ou extraordinário à contratada, haja vista a previsão de fornecimento do equipamento REP, contemplando inclusive bateria interna (nobreak) e software de gestão, em conformidade com a Portaria MTP nº 671/2021.

Materiais concentrados:

O despacho da Diretoria Geral proferido no processo PROAD 2466/2025 (documento de marcador 11) determinou o monitoramento e a avaliação do Plano de Logística Sustentável, conforme dispõe a Resolução nº 400/2021, do Conselho Nacional de Justiça. Conforme o despacho, quanto ao tema Limpeza, uma das metas a cargo da Coordenadoria de Gestão de Terceiros consiste em limitar o aumento de gastos com contratação de serviços terceirizados de limpeza em relação ao ano anterior. Para o atingimento dessa meta, o despacho determina a redução dos gastos com contratos de limpeza por meio da diminuição do quantitativo de material de limpeza fornecido e estabelecimento de processo de controle de fornecimento de materiais pelas empresas.

Visando à redução de gastos nas contratações de serviços terceirizados limpeza e a fim de implantar melhorias nos processos de trabalho, materiais e meios de sua utilização voltados à economicidade na contratação de prestação de serviços terceirizados de limpeza, opta-se pela previsão de fornecimento de materiais de limpeza concentrados, na próxima contratação para o Polo Cascavel, unidade Cascavel; Polo Londrina, unidade Londrina; e Polo Maringá, unidade Maringá. Observamos que a medida está de acordo com o Ato 71/2025, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que recomenda a aquisição de produtos saneantes preferencialmente concentrados e/ou fornecidos em refil: *“Produtos concentrados e/ou com refil propiciam economia de matéria-prima, recursos naturais e energia, além de reduzir a quantidade de resíduos sólidos produzidos pelo órgão.”* (subitem 13.1.1.2.1).

Esses materiais de limpeza concentrados deverão ser diluídos em água por empregado terceirizado alocado na prestação de serviços, devidamente capacitado a cargo da Contratada, com utilização de equipamento diluidor próprio para esse fim, em local apropriado e adaptado nas dependências do Tribunal, de forma segura e sem expor o(a) profissional a riscos, inclusive com utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs).

Os estudos sobre a adoção de materiais de limpeza concentrados, inclusive sobre a previsão da redução de gastos, encontram-se descritos no Memorando CGT 51/2025, documento de marcador 58, relacionado ao despacho de marcador 11, do processo PROAD 2466/2025.

O fornecimento de materiais concentrados tende a proporcionar:

- redução dos gastos com serviços de limpeza nos locais de implantação desse processo de trabalho;
- reutilização de recipientes;
- redução do espaço físico destinado ao depósito de materiais de limpeza.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

A implantação do novo processo de trabalho passará inicialmente, nos 3 (três) primeiros meses, por um período de avaliação destinado à demonstração da redução dos gastos decorrente do fornecimento e utilização de materiais concentrados, em conformidade com o Plano de Logística Sustentável - PLS e com o despacho da Diretoria Geral proferido no processo PROAD 2466/2025 (documento de marcador 11).

Por outro lado, na hipótese de a inovação se mostrar inadequada, ficará a critério do Tribunal promover a sua alteração do processo de trabalho, ou ajustes, a seu critério, conforme previsão a constar no Termo de Referência.

Conforme será previsto no Termo de Referência, ainda, os fiscais do contrato procederão à verificação contínua do estoque de materiais de limpeza nas unidades, reportando à gestão do contrato caso sejam identificados excessos de consumo. Essa orientação segue o despacho do processo PROAD 2466/2025, documento 11, referente ao Plano de Logística Sustentável – PLS previsto na Resolução nº. 400/2021, do Conselho Nacional de Justiça. A verificação contínua do consumo poderá ser realizada por meio da ferramenta disponível em: <https://powerbi.trt9.jus.br/paineis/powerbi/SGE/GCO/MaterialLimpeza-prototipo>.

Disposições da CCT de natureza trabalhista (art. 135, § 1º, da Lei nº. 14.133/2021):

A planilha de custos e formação e preços inclui os seguintes auxílios de matéria trabalhista constantes na CCT SIEMACO 2026-2028:

- Assistência Médica (Cláusula décima sexta);
- Benefício Social Familiar (Cláusula décima sétima); e
- Fundo de Formação Profissional (Cláusula vigésima terceira).

Os auxílios acima mencionados possuem natureza trabalhista em razão de que o pagamento e a respectiva comprovação são realizados de forma individual, por empregado, e decorre da relação de emprego. A previsão em planilha de custos e formação de preços atende ao disposto no art. 135, § 1º, da Lei nº. 14.133/2021.

Quanto à pesquisa de preços realizada:

- o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto (art. 23 da Lei nº. 14.133/2021).
- foram priorizados na pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, e contratações similares feitas pela Administração Pública, ou justificada a impossibilidade de utilização dessas fontes (art. 5º, *caput* e §1º, da IN Seges nº 65/2021);

Fundamentação: Lei n. 14.133/2021, art. 18, § 1º, VI: “VI - *estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;*” c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, VI. Trata-se de elemento obrigatório do ETP, conforme art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

7. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

Conforme disposto no art. 7º, VII, da IN 40/2020, os Estudos Preliminares devem trazer “as justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável”.

A fim de promover a efetiva atividade de supervisão nas unidades e viabilizar uma melhor fiscalização que tem o apoio das setoriais de Cascavel, de Londrina e de Maringá, optou-se pela contratação dos serviços em 3 (três) polos nominados pelas cidades onde ficam as Setoriais.

Justifica-se, ainda, o objeto da licitação em lotes, uma vez que dessa forma será possível aumentar o número de empresas participantes, evitando-se assim, em caso de contratação em um único lote, que o certame fique limitado a um número restrito de empresas com elevado valor patrimonial.

Observamos que o parcelamento, acima referido, segue o mesmo padrão adotado com referência às demais unidades do Tribunal, com relação aos serviços terceirizados de limpeza, conservação e copeiragem. Com efeito, quanto ao Polo Curitiba, mencionamos que, visando ao aprimoramento da administração das contratações dos serviços de limpeza, conservação e copeiragem, o despacho proferido no processo PROAD 4528/2023 (documento de marcador 7) determinou a “*divisão do Polo Curitiba em três lotes, mantendo o número de postos previstos no Contrato 36/2022, com exceção daqueles alterados e autorizados no PROAD 3995/2023*”. Assim, o pregão eletrônico subsequente, PO 51/2023, previu os seguintes Lotes no Polo Curitiba: Lote 1: unidades Curitiba 147, 147- SMO, 400, Cajuru, 528 e Casarão e 528-SMO (serviços de limpeza e conservação); Lote 2: unidade Curitiba 528 e Casarão (serviços de copeiragem); e Lote 3: unidades Araucária, Campo Largo, Castro, Colombo, Irati, Paranaguá, Pinhais, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Telêmaco Borba e União da Vitória (serviços de limpeza e conservação).

Atualmente, no Polo Curitiba, os serviços de limpeza, conservação e copeiragem são atendidos pelos seguintes contratos:

- Unidades Curitiba 147, 400, 528 e Cajuru: Contrato 01/2026 (PROAD 5238/2025 – PO 90026/2025), de prestação de serviços de limpeza e conservação;
- Unidades Curitiba 147 e 528: Contrato 62/2025 (PROAD 5263/2025 – PO 90019/2025), de prestação de serviços de copeiragem;
- Região Metropolitana de Curitiba e outras localidades: Contrato 001/2025 (PROAD 4566/2024 – PO 90034/2024), de prestação serviços de limpeza, conservação e copeiragem.

O parcelamento em lotes, portanto, visa ao aprimoramento da administração das contratações dos serviços de limpeza, conservação e copeiragem para o Tribunal, bem como ao aumento do quantitativo de licitantes, evitando-se a restrição da participação a um reduzido número de empresas com elevado valor patrimonial.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, VIII: “VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação,” c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, VIII: “VIII - justificativas para o parcelamento ou não do objeto, quando necessário para sua individualização.”. Trata-se de elemento obrigatório do ETP, conforme art. 18, § 2º, da Lei n. 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

Res. CSJT 364/2023.

8. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não existem contratações correlatas ou interdependentes com o objeto da presente contratação.

Obs.: *Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal. Já as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação.*

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, XI: “XI – contratações correlatas e/ou interdependentes;” c/c art. 33 XI da Res. CSJT 364/2023. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021, c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

9. Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual

Consta no Plano Estratégico Institucional – PEI TRT-PR 2021-2026:

“4.2. Perspectiva Processos Internos

(...)

Objetivo Estratégico: Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados.

Promover mecanismos de integridade e transparência em relação aos atos de gestão praticados, garantindo-se, por meio da aplicação da Política de Governança vigente, alinhamento entre a estratégia corporativa e prioridades de gestão às despesas de maior impacto orçamentário e a boa e regular aplicação dos recursos públicos.

(...)

4.3 Perspectiva Aprendizado e Crescimento

Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira com a otimização dos recursos planejados.

Assegurar a eficiência da gestão de custos vinculada à estratégia, por meio do funcionamento aperfeiçoado e universal de mecanismos de administração orçamentária e financeira, com dados íntegros sobre o planejamento e a qualidade da execução do orçamento.”

Considera-se que a contratação visa a garantir condições ideais de trabalho, permitindo que servidores e magistrados se concentrem na entrega da missão Institucional, ou seja: “Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.” Dessa forma, a contratação preenche, no caso concreto, os objetivos estratégicos elencados no Plano Estratégico Institucional – PEI TRT-PR 2021-2026.

A próxima contratação dos serviços prevista no Plano Anual de Contratações 2026 – Secretaria de Licitações e Contratos, de acordo com os seguintes itens do SIGEO:

- Item 151102026000253 – Limpeza e Conservação – Polo Cascavel;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

- Item 151102026000254 – Limpeza e Conservação – Polo Londrina;
- Item 151102026000251 – Limpeza e Conservação – Polo Maringá.

Finalmente, frise-se que não há política pública a ser atendida com a presente contratação.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, II: “II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;” c/c art. 33 da Res. CSJT 364/2023, II: “II – o alinhamento planejamento estratégico institucional, ao plano de logística sustentável e à previsão no Plano de Contratação Anual, observando os temas e indicadores definidos nos referidos instrumentos;”. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar as devidas justificativas, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

10. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:

Em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis, tem-se que direcionar um servidor para o serviço em questão não seria econômico, haja vista os seguintes custos médios dos postos, de acordo com os orçamentos pesquisados:

- Servente: R\$ 5.181,52;
- Supervisor/Supervisora, R\$ 7.594,67.

Por outro lado, a remuneração de técnico judiciário em início de carreira é composta de vencimento de R\$ 3.771,89, GAJ de R\$ 5.280,64, além do auxílio-alimentação de R\$ 1.860,51. Isso sem considerar o cômputo do auxílio-saúde, que pode ser de até R\$ 1.129,00 e de vantagens pessoais, tais como, Adicional de Qualificação. Acrescente-se a isso a despesa de natureza previdenciária a ser desembolsada pelo Tribunal, no valor de R\$ 1.903,24, além da necessidade de substituições para o gozo de férias ou outras ausências legais. Dessa forma, considerando os valores expressos acima, caso o serviço de vigilância fosse prestado por Técnicos Judiciários, o custo seria de R\$ 13.945,28 por pessoa para o Tribunal, ou superior.

Dado o exposto, conclui-se que a presente contratação se destina a garantir a melhora da prestação jurisdicional à sociedade por meio de solução (terceirização ao invés da execução dos serviços por servidor público) mais eficiente e eficaz disponível.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, IX: “IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;”, c/c art. 33 da Res. CSJT 364/2023, IX. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021, c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

11. Providências para adequação do ambiente do órgão:

Não serão necessárias adequações na Unidade do Tribunal, tampouco será necessária capacitação dos servidores responsáveis pela contratação e fiscalização do contrato.

Fundamentação: Lei 14.144/2021, art. 18, § 1º, X: “X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;” c/c art. 33 da Res. CSJT 364/2023, X: “X - providências para adequação do ambiente do órgão, se necessário, bem como quanto



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

à capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual;”. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

12. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras:

Não há a previsão de impactos ambientais decorrentes da presente contratação, haja vista a adoção das providências referentes a sustentabilidade ambiental indicadas no subitem 4.4 do Termo de Referência.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, XII: “XII - *descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;*” c/c art. 33 da Res. CSJT 364/2023, XII. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021, c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

13. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação à necessidade a que se destina:

Após este estudo preliminar, entendemos viável e adequada a contratação para prestação de serviços terceirizados de limpeza, conservação e copeiragem, com o fornecimento de mão de obra, equipamentos e, por demanda, todos os materiais necessários à execução dos serviços, nas unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Polo Cascavel, Polo Londrina e Polo Maringá, e justifica-se a contratação de empresa especializada na prestação de tais serviços. Conclui-se que a presente contratação se destina a garantir a melhora da prestação jurisdicional à sociedade por meio de solução (terceirização ao invés da execução dos serviços por servidor público) mais eficiente e eficaz disponível.

Após este estudo preliminar, verificamos que o serviço objeto desta contratação é fundamental para um bom desempenho das atividades regulares dos servidores, membros e demais pessoas que frequentam diariamente o órgão. Com esta contratação será possível conciliar menores custos e o atendimento adequado das necessidades da Administração, isto posto constatamos, portanto, que é uma contratação viável e razoável. Será consignado a existência de orçamento disponível para a contratação.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, XIII: “XIII - *posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina;*” c/c art. 33 da Res. CSJT 364/2023, XIII. Trata-se de elemento obrigatório do ETP, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021, c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

14. Análise da necessidade de classificação nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Por se tratar de contratação para a prestação de serviços de limpeza e conservação nas unidades do TRT9, a hipótese não se enquadra no rol do art. 23 da Lei nº. 12.527/2011. Dessa forma, não é o caso de classificação de informações com vistas à restrição de acesso como



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

ultrassecreta (25 anos), secreta (15 anos) ou reservada (5 anos), na forma do art. 24 da Lei nº. 12.527/2011.

Fundamentação: Lei n. 14.133/2021, art. 6º, XXIII, “b”, c/c IN SEGES 58/2022, art. 13: “Art. 13. Ao final da elaboração do ETP, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.”.

15. Análise do processamento por meio do sistema de registro de preços.

Não haverá processamento por meio do sistema de registro de preços.

Fundamentação: Lei n. 14.133/2021, art. 40 (O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte.); Decreto nº 11.462/2023, art. 3º (O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial: I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes; II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa; III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas; IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.)

Anexos

- Convenção Coletiva de Trabalho 2026-2028 do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado do PR (SIEMACO), com número de registro no MTE PR000063/2026;
- CBO - Classificação Brasileira de Ocupações;
- Planilha custos e formação de preços;
- Mapas Comparativos de Preços;
- Mapa de Riscos (Fundamentação: Lei n. 14.133/2021, art. 18, X: “X a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual.”; c/c art. 51 da Res. CSJT 364/2023, § 2º.)

Equipe de Planejamento da contratação:

Marcio dos Santos Hidalgo

Adriano Ferreira Ramos

Diego Rodrigues

Paulo de Sales Pinto

Flávio César Marangão (Núcleo Gerencial de Londrina)

Jeferson Elias Barth (Núcleo Gerencial de Cascavel)

Luis Manuel Garcês Figueira (Núcleo Gerencial de Maringá)